

Advérbios Monossilábicos Pós-Verbais no PB: Sobre a Relação entre Sintaxe e Prosódia¹

Sergio Menuzzi (UNICAMP) & Carlos Miotto (UFSC)

Abstract: This article discusses the analysis proposed by Costa (1998) for the syntax of monosyllabic adverbs in European Portuguese (EP). Theoretically, the aim is to evaluate the analysis' underlying assumptions about the syntax-prosody interface. Under Costa's proposal, the order [Verb Complement Adverb] involves scrambling of the complement to the left of the adverb in EP. His main argument is based on an interaction of the phonological properties of monosyllabic adverbs with Cinque (1993)'s theory of the phrasal stress. Crucially, this theory assumes a strong correspondence between syntactic constituents and the prosodic representation relevant for stress assignment. We will argue, however, that the distribution of monosyllabic adverbs, at least in BP, is best explained by more autonomous rules of phonological phrase formation, as in Nespor & Vogel (1986)'s framework. Under this view, the relation between syntactic and prosodic constituents is indirect, and the distribution of monosyllabic adverbs does not provide any support for complement scrambling in BP.

1. Introdução

Há um fato básico que caracteriza a correlação entre foco e ordem dos constituintes pós-verbais: quando o foco é um complemento ou um adjunto do verbo, tende a ocupar a posição final da frase, na qual recebe o acento mais proeminente dela – o “acento nuclear” da frase. O paradigma é bem conhecido e é ilustrado pelos exemplos em (1), adaptados de João Costa (1998, 161) (maiúsculas indicam o acento principal, ou “nuclear”, da frase; ‘#’ indica frase imprópria para o contexto; de resto, usam-se as convenções normais para julgamentos):

- (1) A: Que língua o Paulo fala bem?
B: a) Ele fala bem FRANCÊS.
b) # Ele fala francês BEM.
c) ? Ele fala FRANCÊS bem.
- (2) A: O Paulo é um fracasso no inglês. B: E no francês, como ele é?
A: a) (Que eu saiba,) ele fala francês RAZOAVELMENTE.
b) # (Que eu saiba), ele fala razoavelmente FRANCÊS.
c) ? (Que eu saiba), ele fala RAZOAVELMENTE francês.

Note-se, entretanto, que complementos ou advérbios *podem* ser focalizados mesmo quando não estão em posição final, sem que o resultado seja “terrível”, fato que colocaremos de lado aqui. Na discussão que segue, nos concentraremos nas generalizações básicas ilustradas por (1a) e (2a) e esquematizadas em (3) abaixo:

- (3) a. Foco no adjunto: [V Compl ADV]
b. Foco no complemento: [V Adv COMPL]

As questões mais gerais por trás de (3) que interessam aqui são: (a) qual a sintaxe destas ordens? (b) como ela se relaciona com a atribuição de acento nuclear ao constituinte em

¹ [Fevereiro de 2006; submetido à Revista de Estudos da Linguagem, UFMG, Belo Horizonte.] O presente artigo é o resultado de um diálogo que iniciou com a discussão, pelo segundo autor, do trabalho apresentado pelo primeiro no Encontro de Ouro Preto. Queremos agradecer às outras vozes que participaram, ainda que menos intensamente, deste diálogo – os colegas do GT de Gramática presentes àquele encontro.

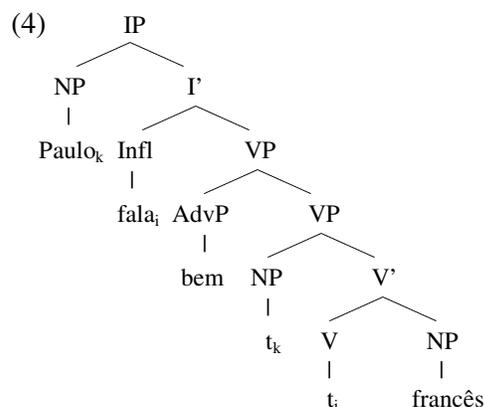
posição final? Portanto, não estaremos discutindo aqui os aspectos interpretativos, informacionais, da expressão de foco em português; antes, estaremos nos concentrando num aspecto particular da relação entre sintaxe e prosódia em português: especificamente, estaremos discutindo um argumento de João Costa (1998), baseado no que chama de “advérbios monossilábicos”, em favor de uma análise sintática específica das ordens em (3).

A questão que guiará nossa discussão é basicamente uma: o comportamento de tais advérbios justifica uma relação mais íntima entre sintaxe e prosódia, como a assumida por João Costa, seguindo Cinque (1993), ou indica, ao contrário, um grau maior de autonomia da organização prosódica? A última alternativa, é claro, tem conseqüências para a análise sintática proposta, pois indica que o comportamento “sintático” prosodicamente condicionado pode não ser um bom diagnóstico para a identificação das estruturas sintagmáticas correspondentes.

Antes de iniciar a discussão, fazemos uma ressalva: o presente trabalho toma como *ponto de partida* a descrição que João Costa (1998) faz da relação entre foco, acento nuclear e ordem de palavras à direita do verbo no português europeu (PE); mas trata-se de um trabalho sobre nossos julgamentos, portanto, sobre o português brasileiro (PB). A descrição e a análise de João Costa nos parecem bons pontos de partida porque o PB e o PE se comportam de modo semelhante em relação a paradigmas como (1) e (2). Entretanto, a discussão de João Costa envolve também estruturas de inversão do sujeito que não possuem correspondentes em PB (ver, especialmente, seu capítulo 3), o que poderia indicar que o PB e o PE não são gramáticas completamente correspondentes no que trata das ordens em (3). Portanto, é possível que as observações descritivas que fazemos aqui não se estendam ao PE, e, do mesmo modo, as conclusões teóricas a que chegamos baseadas nelas também não se apliquem quando se considera os fatos daquela língua.

2. Duas análises

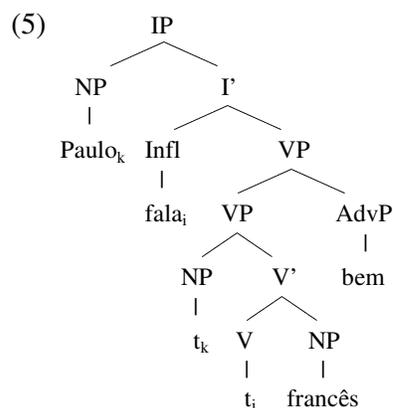
João Costa (1998; ver também Costa 2003) propõe, para a sintaxe da ordem dos constituintes pós-verbais em PE, uma análise semelhante à proposta por Neeleman & Reinhart (1996) para o holandês. Estas análises são, por sua vez, baseadas na teoria de Cinque (1993) para a relação entre sintaxe e a atribuição do acento nuclear, segundo a qual recebe o acento nuclear o constituinte que estiver “mais encaixado” na estrutura sintagmática da frase (ver também Reinhart 2003). Assim, segundo João Costa, no caso da ordem [V Adv COMPL], temos em PE a seguinte estrutura sintagmática:



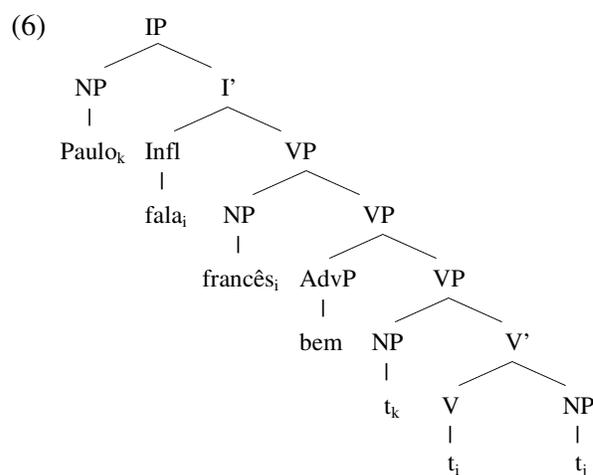
Em (3) todos os constituintes exceto o V e o NP sujeito estão em sua posição de base. O complemento é o constituinte “mais encaixado” da estrutura e recebe, portanto, o acento

nuclear do modo previsto pela teoria de Cinque. Observe-se ainda que, nesta análise, os adjuntos penderiam à esquerda do VP.

Seguindo a teoria de Cinque, é preciso que, na ordem [V Compl ADV], o adjunto se torne o constituinte “mais encaixado” da frase. A análise tradicional, segundo a qual esta ordem resulta do fato de o adjunto pender à direita do VP “na base”, como em (5), não é compatível com este modo de conceber a relação entre sintaxe e a atribuição de acento nuclear:



Por esta e por outras razões, na análise de João Costa, a ordem [V Compl ADV] é derivada por *scrambling*, isto é, por movimento à esquerda do complemento e sua adjunção ao VP (essencialmente do mesmo modo em que a ordem [Compl ADV V] é derivada em uma língua OV como o holandês), como vemos em (6):



Em (6), o adjunto é o constituinte “mais encaixado” da estrutura sintagmática da frase; assim, de acordo com a teoria de Cinque, ele pode receber o acento nuclear, como desejado. Note-se que, em (6), novamente o adjunto pende à esquerda do VP, embora neste caso, em princípio, pudéssemos conservar essencialmente a mesma análise se o adjunto pendesse à direita do VP: a ordem de superfície seria a mesma e o adjunto continuaria sendo o constituinte mais encaixado da frase. Neste caso, portanto, o argumento a favor da posição do adjunto, e da adjunção à esquerda, é de simplicidade, mas não empírico. Mais abaixo, veremos que João Costa apresenta um argumento empírico a favor da adjunção de *bem* à esquerda do VP.

Neste ponto, importa enfatizar aquele aspecto da teoria do acento nuclear de Cinque que motiva, ao menos parcialmente, a análise de João Costa: como a atribuição do acento nuclear é diretamente dependente da estrutura sintagmática da frase, ela exige que esta estrutura seja

arranjada de modo que o acento sempre corresponda ao constituinte mais encaixado. Por isso, o movimento de *scrambling* dos complementos é “prosodicamente motivado”: é ele que faz com que o complemento deixe de ser o constituinte mais encaixado, e o adjunto fique na posição adequada para receber o acento nuclear – podendo tornar-se, então, o foco não marcado da frase). Como Samek-Lodovici (2005) apontou, se, por um lado, este tipo de abordagem enfatiza a relação entre sintaxe e acento nuclear (Zubizarreta 1998 segue linha similar), de outro acaba divorciando o tratamento dado ao acento nuclear do tratamento dado aos demais processos de estruturação prosódica da frase, como por exemplo o da construção dos sintagmas fonológicos e a localização dos demais acentos (secundários) da frase (ver, por exemplo, a discussão de (41) e (42) abaixo).

É claro que este modo de conceber a relação entre sintaxe e prosódia – em particular, a relação entre sintaxe e acento nuclear – não é necessário. Em primeiro lugar, ele não é o sustentado pela maioria dos fonólogos desde que Nespor & Vogel (1986) (“N&V”, daqui por diante) argumentaram que a estrutura sintática determina a organização prosódica da frase apenas indiretamente. E há mesmo alternativas *sintáticas* para a relação entre os elementos à direita do verbo e o acento nuclear, como por exemplo na extensão da abordagem cartográfica proposta recentemente por Belletti (2004).

Na análise de Belletti, o constituinte a ser focalizado deve ser movido para o Spec de um “Focus Phrase” localizado na periferia esquerda do VP. A interface sintaxe-prosódia não se dá, portanto, por uma *correspondência* entre configurações específicas aos dois componentes (entre encaixamento sintático e proeminência métrica). Antes, uma operação sintática geral, a checagem de traços, deve fornecer uma instrução para o componente prosódico (“atribua acento nuclear ao constituinte em Spec de FocP”). De um ponto de vista minimalista, há talvez uma vantagem nesta análise: o constituinte movido é sempre o focalizado, e o movimento se dá para a checagem de seus traços, obedecendo a *Greed*. Isso não se aplica ao *scrambling* proposto por João Costa, em que um constituinte é movido para que outro possa receber o acento nuclear (e ser focalizado). (Ver, entretanto, Reinhart 2003 para uma discussão detalhada desta última derivação dentro de um quadro minimalista.)

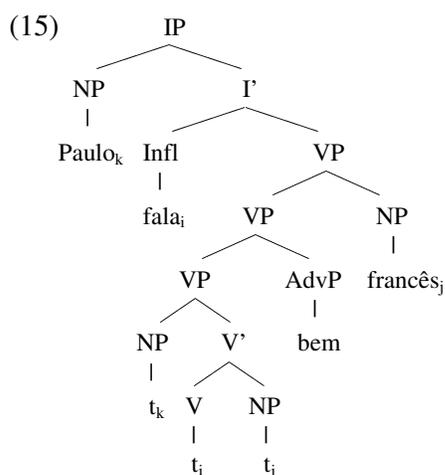
Para nossos objetivos aqui, a alternativa sugerida por Belletti oferece pouco interesse imediato, já que não desenvolve uma análise detalhada da relação entre sintaxe e prosódia. Retornemos, então, à concepção geral corrente em fonologia, na qual a estrutura prosódica possui uma autonomia relativa com relação à sintaxe. Em particular, muitos fonólogos sustentam que não há correspondência direta entre sintagmas sintáticos e sintagmas fonológicos, e que a atribuição de acentos à frase não depende dos primeiros, e sim dos últimos. Para exemplificar esta abordagem, considere a seguinte análise informal da acentuação frasal do português, em que adaptamos a teoria do acento de Halle & Vergnaud (1987) à teoria da hierarquia prosódica de N&V:²

² A hipótese da correspondência parcial entre constituintes sintáticos e prosódicos possui formulações mais recentes, baseadas na idéia de alinhamento das fronteiras destes constituintes; ver Ghini (1993), Selkirk (1995) e Truckenbrodt (1999, 2005); para o PB, ver Sandalo & Truckenbrodt (2002). Estes trabalhos, entretanto, conservam as intuições básicas da abordagem de N&V (a correspondência entre constituintes sintagmáticos e prosódicos é indireta, e a atribuição de acentos é baseada em constituintes prosódicos). Assim, preferimos aqui evitar a apresentação de assunções menos pertinentes a nossa discussão (por exemplo, relativas à teoria da otimidade), adotando a versão que aparece em (9) da análise, relativamente ultrapassada, de N&V.

- (13) a. O Paulo é sempre simpático (OK em PE, OK em PB)
 b. O Paulo é simpático sempre (ruim em PE, OK em PB)
- (14) a. O Paulo conhece a Maria bem mesmo sem nunca ter visto ___
 (OK em PE, ruim em PB: comparar com "... sem nunca ter visto *ela*")
 b. O Paulo conhece bem a Maria mesmo sem nunca ter visto ___
 (ruim em PE e em PB: de novo, comparar com "... sem nunca ter visto *ela*")
 (Para um exemplo de construção de lacuna parasita em PB: "Que pessoa o Paulo conheceu bem sem nunca ter encontrado ___?")

Em resumo, a linha de argumentação por analogia com *scrambling* em holandês e alemão não se estende ao PB, pelo menos.

A segunda linha de argumentação é a que mais interessa aqui, porque é ela que aponta para relevância da interface entre sintaxe e prosódia. Por essa linha, João Costa procura mostrar que, ao contrário do que se postulava tradicionalmente e do que Pollock (1994) argumentou para o inglês, a ordem [V Adjunto Complemento] *não* pode ser derivada de (5) por movimento à direita do complemento, como representamos em (15):



O ponto central do debate com Pollock reside na explicação para a adjacência estrita que há entre o V e o NP objeto em inglês (cf. Costa 1998, p.29 e ss.). Como se sabe, para Pollock, esta adjacência se deve ao fato de que o V não se move para fora do VP em inglês. Para João Costa, entretanto, a adjacência tem outra explicação: resulta do fato de o verbo se mover, em inglês, para uma posição funcional imediatamente superior a AgrO, e do NP objeto necessariamente mover-se para Spec-de-AgrO (cf. também Johnson 1991 e outros). O principal argumento para esta análise é um fato bem conhecido: não existe o requisito de adjacência em inglês para complementos que são PPs (cf. (17) e (18) abaixo, por exemplo). Como PPs não precisam se mover para Spec-de-AgrO para receber Caso, podem ficar em sua posição de base, e a ordem [V Adv PP] é permitida.

Para Pollock, por outro lado, o que mostra que é uma derivação como (15) que está por trás da ordem [V Adv PP] em inglês é que esta ordem só é possível com adjuntos/advérbios que podem, independentemente, ocorrer à direita do VP (exemplos adaptados a partir de J. Costa 1998, p.31):

- (16) a. Bill (hardly) knocked (*hardly) on it (*hardly)
 b. Harry (sure) relies (*sure) on Mary (*sure)

- (17) a. Bill (carefully) knocked (carefully) on it (carefully)
 b. Harry (frequently) relies (frequently) on Mary (frequently)

João Costa, por sua vez, assume que as posições pós-verbais dos advérbios em (17) resultam exatamente dos mesmos processos que atuam em PE: (a) movimento de V (para AgrO em inglês) por sobre o advérbio, necessariamente adjunto à esquerda do VP, o que resulta na ordem [V Adv COMPL]; e (b) *scrambling* do complemento por sobre o advérbio, o que resulta na ordem [V Compl ADV]. Advérbios sentenciais como *hardly* e *sure* não podem ocupar posições pós-verbais porque estas são sempre posições de adjunção à esquerda do VP e advérbios sentenciais não podem se adjungir ao VP.⁵

O principal argumento de João Costa contra a análise de Pollock para casos como (17) reside no comportamento de uma classe específica de advérbios, que passa a ser nosso objeto principal de discussão a partir de agora.⁶ João Costa os identifica como a classe dos advérbios monossilábicos: advérbios como *well*, *hard*, *fast* em inglês, e *bem*, *mal* e, talvez, *já* em português. Estes advérbios podem ocorrer na posição pós-verbal intermédia entre o verbo e o PP complemento (frases (a) em (18)), mas ou são excluídos ou fortemente desfavorecidos na posição final (frases (b)); nesta posição, só podem ocorrer se estiverem sob “heavy stress” (p.37), ou, em outros termos, se forem “prosodically marked” (p.103) (frases (c) em (18); exemplos – e juízos para o português – nossos):

- (18) i. a) John looked well at the picture
 João olhou bem pro retrato
 b) * John looked at the picture well
 ??João olhou pro retrato bem
 c) John looked at the picture WELL
 João olhou pro retrato BEM
- ii. a) João argumentou mal contra a tua posição
 b) ??João argumentou contra a tua posição mal
 c) João argumentou contra a tua posição MAL

Assim, João Costa sugere que estes advérbios só ocorrem em posição final em último recurso, e isso ficaria inexplicado se sua posição “normal”, de base, fosse a adjunção à direita do VP, como em (15). Portanto, a posição de base dos advérbios monossilábicos é necessariamente a de adjunção à esquerda do VP, e a ordem [V Adv PP] resulta de movimento do V para fora do VP em inglês. A estrutura “mais marcada” [V PP Adv] (ou [V NP Adv]) exige uma operação adicional, de *scrambling*, motivada pela necessidade do advérbio ser focalizado.

É importante assinalar, neste ponto, que a idéia de que o que “motiva” a posição final dos advérbios monossilábicos é sua “focalização” pode estar incorreta. Sem qualificações, isso prediz que eles devem se localizar entre o verbo e o complemento não apenas quando o foco está no complemento, mas em qualquer situação em que *eles próprios* não sejam o foco da frase. Esta predição, entretanto, parece não se confirmar, pelo menos para o PB. Para nós, um

⁵ Na verdade, Costa (1998) oferece uma outra análise para a distribuição dos advérbios nas seções finais do capítulo 2; mas não discutiremos esta alternativa, já que envolve suposições não canônicas sobre as estruturas de modificação adverbial. Por exemplo, nesta análise a ordem [V Compl ADJUNTO] com advérbios de modo resulta de movimento do VP para a posição de Spec do advérbio, como em (i) (cf. Costa 1998, p.84, (134)):

(i) [IP... [I V_i [VP [AdvP [VP t_i Compl VP]_j Adv AdvP] [VP t_j VP] VP] I] IP]

⁶ João Costa apresenta outro argumento, baseado em propriedades de extração dos complementos em posição final em inglês. Como não apresenta fatos do português correspondentes, ignoraremos este argumento aqui, notando que deve ser reavaliado no caso das observações feitas no presente artigo serem extensíveis ao inglês.

advérbio monossilábico pode se localizar após o complemento, em posição final de frase, quando o foco é o sujeito da sentença encaixada, como em (19i.a), ou quando toda a sentença (encaixada) é foco, como em (19ii.a):

- (19) i. A: Você sabe de alguém que fale francês?
B: a) Já ouvi dizer que a MARIA fala francês bem.
b) ? Já ouvi dizer que a MARIA fala bem francês.
- ii. A: O que o João disse?
B: a) Ele disse que a Maria fala francês BEM.
b) ??Ele disse que a Maria fala bem FRANCÊS.

Não tentaremos discutir em detalhe a interpretação informacional destas e das demais estruturas que analisaremos a seguir. (Casos como (19ii), por exemplo, exigiriam que considerássemos o fenômeno da “projeção do foco”, cuja literatura é abundante.) Mas reiteramos: casos como (19) indicam que não há razão para assumir que, em PB, os advérbios monossilábicos sejam necessariamente “focalizados” em posição final, nem que a estrutura resultante seja “informacionalmente marcada”. Em nossa análise, a restrição que atua ocasionalmente nestes casos é de natureza puramente prosódica, e não requer que a posição final para advérbios monossilábicos seja sintática ou informacionalmente “marcada”.

Lembremos, entretanto, que, numa abordagem como a sugerida por Cinque, prosódia e sintaxe mantêm uma relação mais direta entre si; parece natural, portanto, admitir que a distribuição relativamente limitada dos advérbios monossilábicos, ainda que condicionada fonologicamente, seja reflexo de uma posição sintaticamente fixa. Assim, estes advérbios se tornam muito importantes para João Costa, que os toma como diagnóstico para identificar a posição dos demais constituintes na frase: todos os que estão à esquerda de um advérbio monossilábico estão em alguma posição acima de VP; todos os que estão à direita, estão em uma posição interna ao VP (cf. Costa 1998, p.39; ver especialmente o capítulo 3, onde os monossilábicos são utilizados várias vezes para identificar a posição do sujeito e do objeto à direita do verbo em PE).

Mas a questão central – aquela que interessará daqui em diante – é: qual a restrição fonológica específica que faz com que os advérbios monossilábicos possuam uma distribuição tão limitada, em oposição aos demais advérbios que pertencem à mesma classe semântica (dos advérbios de modo)? Como João Costa aponta, as razões são muito provavelmente de natureza prosódica; e, como procuraremos mostrar, têm conseqüências para o modo como devemos conceber a relação entre sintaxe e prosódia.

4. Advérbios monossilábicos e sintagmas fonológicos

Pode-se identificar, na discussão realizada por João Costa, três argumentos para sustentar que a restrição na distribuição dos advérbios monossilábicos está relacionada com a prosódia: (a) o que caracteriza a classe não é sua categoria semântica mais geral, mas sua constituição silábica, uma propriedade fonológica sabidamente relevante para a organização prosódica da frase; (b) o fato de que *podem* ocupar a posição final em caso de receberem um acento marcado (cf. (18c)) também indica que o problema em (18b) está na integração prosódica do advérbio à frase, que pode ser obtida por uma “operação prosódica de último recurso”; (c) confirmando o fato de que a restrição está relacionada à constituição silábica do advérbio, os mesmos advérbios, quando modificados – e, portanto, tornados mais complexos silábica e prosodicamente – podem ocupar a posição final, como os demais advérbios de modo, como em (20b) e (21b):

unidos num só? Intuitivamente falando, o que acontece é que ambos apresentam complexidade ou ramificação prosódica relativamente pequena e podem, portanto, ser agrupados em um único sintagma prosódico. Adaptando ligeiramente a regra proposta por N&V (1986, p.173), podemos formular o processo de reanálise do seguinte modo:

(25) Reestruturação de sintagmas fonológicos (opcional):

Um sintagma fonológico não-ramificado ϕ' que é o primeiro modificador de X à direita pode ser integrado ao ϕ de X.

Com (25), fica claro por que os agrupamentos prosódicos em (11) são do jeito que são: *francês* conta como “não-ramificado” para os fins de (25) e, sendo um modificador do verbo *fala*, pode ser reanalisado como parte do ϕ deste.⁷ Note-se ainda que não há outra segmentação prosódica natural para (11). De fato, pela análise desenvolvida até aqui, (11) não pode, por exemplo, ser segmentada prosodicamente como “(Pàulo fála) (francès satisfatoriamenté)” (onde o acento grave “`” representa acentos secundários, e o agudo “´”, os acentos frasais): embora a regra de formação de ϕ 's em (9a) permita integrar *Paulo* ao ϕ de *fala*, a regra de reanálise em (25) não permite juntar *francês* e *satisfatoriamente* em um único ϕ (já que *satisfatoriamente* não é um modificador de *francês*).⁸

Considere-se, agora sob esta ótica, o contraste entre PPs e NPs com relação à possibilidade dos advérbios monossilábicos ocorrerem em posição final, ilustrado em (23) e (24) acima: o padrão pode perfeitamente ser reduzido aos efeitos da regra em (25) se, adicionalmente, supusermos que (25), na verdade, atua para reajustar segmentações que não satisfazem a seguinte condição de boa-formação prosódica:

(26) COMPLEXIDADE RÍTMICA MÍNIMA:

Todo sintagma fonológico deve ser minimamente ramificado (prosodicamente).

É fácil de compreender intuitivamente a natureza de (26): sintagmas fonológicos são constituintes da estrutura superior da prosódia da frase; são, em particular, os constituintes a partir dos quais o ritmo da frase se organiza em termos de acentos frasais (secundários e

⁷ É claro que é preciso definir explicitamente o que conta como “ramificado” em (25). Para N&V, o que parece contar é “ramificação sintática”; mas, a nosso ver, isso faria pouco sentido em se tratando da constituição prosódica da frase. Com efeito, Ghini (1993) argumenta que a reanálise é condicionada por princípios de eurrítmia, entre os quais inclui a busca por uniformidade na segmentação prosódica da frase – isto é, ela deve ser segmentada em sintagmas com aproximadamente o mesmo grau de ramificação *prosódica*. Acreditamos que a posição de Ghini é a correta, mas por razões de espaço não nos estenderemos sobre esta questão aqui.

Note-se também que a regra de reanálise em (25) se aplica a *modificadores* (cf. nota 3 acima), e não apenas a *complementos*, como na formulação de N&V. Esta generalização nos permitirá integrar advérbios pós-verbais ao ϕ do verbo, o que será instrumental em nossa explicação para o contraste entre NPs e PPs em (23)-(24).

⁸ Parece-nos que a seqüência *francès satisfatoriamente* pode formar um ϕ no caso de ser o foco da frase, como em (Pàulo fála)(francès satisfatoriamenté)(e inglês terrívelmente).

Esclarecemos que, embora nossa regra de formação de ϕ 's em (9a) permita que o sujeito se integre ao ϕ do verbo – como nas segmentações em discussão –, muitos pesquisadores argumentam que isso não é possível; ver Ghini (1993), Truckenbrodt (1999) e Sandalo & Truckenbrodt (2002). A nosso ver, a possibilidade é demonstrada claramente por exemplos como (Pàulo fála)(muitas línguas)(satisfatoriamenté)”, em contraste mínimo com (11) em função dos princípios de eurrítmia mencionados na nota 7. Sandalo & Truckenbrodt oferecem como argumento a impossibilidade de *stress retraction* em *(Jòse cóme) e *(Càfe quéima), julgamento com o qual concordamos. Entretanto, para nós, exemplos como (Que práto)(Jòse cóme)(a tòda hóra)? e (Càfe quéima)(quàndo ferve) são bastante aceitáveis, indicando que a restrição observada por Sandalo & Truckenbrodt não é absoluta em PB e tem, possivelmente, a ver a pequena extensão de seus exemplos. Talvez, um princípio de eurrítmia exija que um grupo entoacional contenha mais de um ϕ sempre que possível.

primário, ou nuclear – atribuídos por (9b) e (9c), respectivamente). Obviamente, para haver alternância rítmica entre os acentos frasais de dois sintagmas fonológicos contíguos, é preciso que haja algum material fonológico menos proeminente entre ambos os acentos. Por exemplo, tomemos as sílabas, as unidades prosódicas básicas, como as unidades com base nas quais a noção de “ramificação” relevante a (26) é definida: neste caso, (26) terá como efeito identificar uma seqüência ... [s.ś]_φ [s.ś]_φ ... como ritmicamente bem-formada, e uma seqüência ... [s.ś]_φ [ś]_φ ... como mal-formada. Ou seja, nesta situação concreta, (26) tem uma seqüência básica: sintagmas fonológicos devem ser minimamente constituídos de *duas* sílabas, e sintagmas fonológicos monossilábicos são desfavorecidos.⁹

Considere agora (23a): das várias possibilidades de organização prosódica em (27) abaixo, a mais natural é, nos parece, é (27d), sendo as demais, em diferentes graus, desfavorecidas:

- (27) a. ??(Joáo) (fála) (francés) (bém)
 b. * (Joào fála) (francès bém)
 c. ? (Joáo) (fàla francés) (bém)
 d. (Joáo) (fàla frances bém)¹⁰

Embora (27a) esteja de acordo com o algoritmo de formação de sintagmas prosódicos proposto por N&V, é desfavorecida porque apresenta vários sintagmas prosódicos com pequena complexidade rítmica, o que resulta em baixa integração prosódica do material fonológico (efeito contra o qual algo como (25) deveria atuar, embora (25), do modo como a formulamos não o faça). (27b) resolveria este problema; entretanto, o sintagma fonológico (*francès bém*) não pode ser construído, seja pela regra regular de formação de φ's em (9a), seja por meio da regra de reestruturação em (25). (27c), por outro lado, resulta da aplicação da regra regular de formação de φ's juntamente com a reanálise de *francès* como parte do φ de *fala*. O padrão acentual é “marcado” e corresponde, nos parece, aos casos em que João Costa diz que o advérbio monossilábico, em posição final, recebe “acento pesado”. Na configuração em (27c), fica claro o que significa este “acento pesado” e por que ele é “marcado”: o acento é pesado não apenas porque é o acento nuclear da frase, mas porque ocorre num sintagma prosódico sem estrutura apropriada para integrar-se à organização rítmica da frase. Em nossa análise, *bem* formando um sintagma prosódico por si próprio viola a restrição em (26).

Finalmente, consideremos (27d), que é, para nós, a configuração prosódica na qual os advérbios monossilábicos são melhor aceitos em posição final com um NP intervindo entre eles e o verbo. Por que esta configuração é menos marcada? Em nossa análise, porque nela

⁹ Talvez a melhor formulação de (26) deva considerar outras unidades prosódicas que não a sílaba. Por exemplo, Filomena Sandalo sugere que (26) parece uma restrição contra sintagmas fonológicos formados por um pé degenerado. Uma outra possibilidade – mais coerente com a hierarquia prosódica de N&V – é que a unidade pertinente é a imediatamente inferior ao sintagma fonológico, isto é, a palavra fonológica. Adotaremos aqui, entretanto, a sílaba porque nos permite tratar dos advérbios monossilábicos sem maiores complicações.

¹⁰ Filomena Sandalo observa que, se a melhor segmentação prosódica de (23a) fosse (27d), o acento primário de *francès* deveria sofrer retração (cf. Sandalo & Truckenbrodt 2002), resultando em (Joáo)(fàla frànces bém), o que parece incorreto. Concordamos com este julgamento, mas não com o de que a melhor curva acentual para (23a) seja (27c): para nós, a melhor solução parece (27d), em que *francès* não recebe proeminência acentual e há um lapso entre o acento secundário de *fala* e o acento frasal de *bem*. Possivelmente, (23a) ilustra um caso de *stress clash* resolvido por *stress deletion*, e não por *stress retraction*. A ausência de *stress retraction* com *francès* não surpreende: Sandalo & Truckenbrodt (2002) mencionam que alguns de seus informantes também não admitiram *stress retraction* com o substantivo *chînês* – obviamente, idêntico a *francès* no que é pertinente. Para nós, o acento secundário omitido em *francès*, possivelmente em razão do *stress clash*, volta a se manifestar em (Joáo)(fàla rùsso bém), em que não há *stress clash*. (Na entoação relevante, o acento de *fala* é mais proeminente que o de *russo*; na notação de Chomsky & Halle 1968, com proeminência inversamente proporcional a valor numérico, teríamos a curva acentual 2 3 4 1; isso praticamente reproduz a curva de (27d), que seria 2 3 _ 1.)

bem não é um constituinte prosódico por si próprio, mas foi integrado a outro sintagma fonológico, permitindo uma melhor organização rítmica. Mas, como esta melhor organização prosódica pode ser obtida? Pela aplicação sucessiva da regra de re-estruturação em (25): *francês* pode ser integrado ao sintagma fonológico de *fala* porque é “não-ramificado” no sentido relevante de (25) e é “modificador” à direita de *fala*; uma vez constituído este sintagma fonológico, a regra de re-estruturação pode se aplicar novamente a *bem*: é também um sintagma fonológico “não-ramificado” e é modificador à direita de *fala*.

Em suma, advérbios monossilábicos são “desfavorecidos” em posição final porque, pela operação da regra regular de formação de ϕ 's, teriam que formar um sintagma fonológico por si próprios; no entanto, não possuem constituição prosódica satisfatória para isso, como estabelecido em (26). Há, por outro lado, a possibilidade de ocuparem a posição final se puderem ser integrados a algum outro sintagma fonológico; e isso acontece se o NP objeto for “pouco ramificado prosodicamente”, caso em que a regra (recursiva) de reestruturação de sintagmas prosódicos poderá se aplicar novamente.

Desta perspectiva, é possível compreender por que os advérbios monossilábicos são quase que invariavelmente marcados quando o complemento interveniente é um PP (cf. (23b) e (24b)). PPs são, via de regra, “ramificados” e, por isso, normalmente bloqueiam a operação da regra de re-estruturação em (25): uma vez que os PPs não são integrados ao sintagma fonológico do verbo, eles acabam se constituindo numa barreira que impede que o advérbio se integre ao verbo. A saída seria integrar o advérbio ao PP, mas a operação também não é permitida, seja pela regra regular de formação de ϕ 's em (9a) (o PP está à esquerda do advérbio, mas não é um modificador dele), seja pela regra de reestruturação em (25) (o advérbio é “não-ramificado” e está à direita do PP, mas não é um modificador dele). Assim, só resta ao advérbio formar sozinho um sintagma fonológico, como acontece em (27c). Mas neste caso, de novo temos o sintagma fonológico com que recebe o acento nuclear da frase pouco integrado à sua estrutura rítmica e, por isso, a estrutura inevitavelmente marcada de casos como (23-24b).

Finalmente, esta forma de tratar o assunto permite também explicar por que os demais advérbios de modo e mesmo os advérbios monossilábicos, quando modificados, podem ocorrer sob o acento nuclear em posição final, como em (28):

- (28) a. (Joáo) (fàla francés) (satisfatòriaménte)
b. (Joáo) (fàla francés) (muito bém)

A razão é simples: em ambos os casos, há material fonológico suficiente para a constituição independente do sintagma fonológico que receberá o acento nuclear.

5. Outras evidências

Assim, uma razão muito plausível para a distribuição limitada dos advérbios monossilábicos (em particular, o fato de que “não gostam” da posição final da frase em alguns casos) é puramente fonológica: eles não possuem conteúdo fonológico suficiente, nos contextos pertinentes, para a constituição de um sintagma fonológico. Essa explicação é natural: uma propriedade *fonológica* desta classe de advérbios – a de serem monossilábicos – faz com que tenham distribuição limitada em função da estrutura *prosódica* da frase.

Nessa explicação, não há apelo direto a conceitos sintáticos. A sintaxe entra na explicação apenas indiretamente. Primeiro, por meio da distribuição dos advérbios de modo, que, por sua natureza sintático-semântica, ocorrem em certas posições (por hipótese, a posição de base é a de adjuntos a VP). Advérbios de modo monossilábicos ocorrerão em um subconjunto destas posições, já que estão sujeitos a uma condição adicional: a posição deve permitir que sejam

integrados a um sintagma fonológico. Segundo, por meio das regras de formação e reestruturação dos sintagmas fonológicos, que são sensíveis a informações sintático-semânticas relativamente genéricas (em particular, às noções de núcleo lexical e de modificadores do núcleo, i.é, elementos relacionados sintaticamente com o núcleo tais como especificadores, complementos, adjuntos). Em particular, é importante ressaltar que, nesta concepção, há alguma correspondência entre constituintes prosódicos e sintáticos, mas ela é parcial, resultante do fato de que sintagmas prosódicos não são reflexos diretos dos sintagmas sintáticos, mas são definidos a partir de informações sintáticas genéricas.

Qual é a propriedade fonológica dos advérbios monossilábicos que determina a sua distribuição e como ela se relaciona com a sintaxe? Para Costa (1998), o fundamental é que, sendo monossilábicos, são palavras “too light to bear the main stress of the sentence by default”, razão pela qual “they will be dispreferred in the syntactic position where the sentence falls” (p.39). Deixando de lado, temporariamente, a questão de saber se a propriedade fonológica identificada está correta, neste trecho o raciocínio é semelhante ao que desenvolvemos: por causa de suas propriedades fonológicas, advérbios monossilábicos possuem uma distribuição restrita. A diferença: esta “restrição” se reflete diretamente na sintaxe e faz com que os advérbios só ocorram numa única posição sintática – como adjuntos à esquerda de VP – na qual, na maioria dos casos, podem evitar a posição de acento nuclear no final da frase. Na abordagem que estamos sugerindo, a distribuição restrita dos monossilábicos deve ser caracterizada diretamente em termos prosódicos e não fornece evidência direta para estabelecer suas possíveis posições sintáticas. Estabelecer as posições sintáticas é matéria de sintaxe-semântica e, SMJ, advérbios como *bem* e *mal* deveriam poder, desta perspectiva, ocupar exatamente as mesmas posições que *muito bem* e *muito mal*.

Quanto à análise das propriedades fonológicas relevantes de *bem* e *mal*, é importante enfatizar que, para João Costa, estes advérbios são desfavorecidos na posição final – o que motivaria sua adjunção à esquerda – por serem “leves” demais para receber acento nuclear por *default*. Há, entretanto, razões para acreditar que este ponto da análise não está correto.

A primeira delas é que advérbios como *bem* e *mal* não são palavras átonas, mas tônicas, isto é, possuem acento lexical primário (ainda que, possivelmente, em pé degenerado porque constituído de uma única sílaba). Assim, não há qualquer impedimento, em princípio, para que portem acento. A restrição, então, teria de ser – como João Costa a formula – de portar acento *nuclear*.

Entretanto, como o próprio João Costa observa, os advérbios monossilábicos também podem portar acento nuclear, como acontece em estruturas com NPs complementos (em, por exemplo, “John speaks French well”). Pode-se argumentar que, nestes casos, é necessário recorrer a alguma estrutura prosódica marcada; mas, em outros contextos, não cremos que isso seja sustentável. Por exemplo, a palavra *bem* é freqüentemente utilizada como um marcador discursivo e neste uso ocorre como grupo entoacional independente: portanto, carrega acento nuclear próprio:

- (29) A: (...) O que você acha disso?
B: *Bem...* não sei se devo me meter nisso...

Um contexto ainda mais claro é aquele em que o VP é constituído apenas pelo verbo e pelo advérbio: nesses casos, ambos podem formar um sintagma fonológico, e o advérbio recebe acento nuclear final muito naturalmente:

- (30) A: Puxa, você ‘tá com uma cara... O que aconteceu?
B: (Meu filho pequêno) (dormiu má).

- (31) A: Por que o João anda com aquele sorriso largo?
B: É que ele aplicou na bolsa e (se dêu bém).

Em nossa proposta, não há nada de excepcional em casos como (30) e (31): são casos análogos à estrutura prosódica que faz com que estes advérbios sejam naturais na ordem [V Adv COMPL]. Na configuração em (30)-(31), os advérbios monossilábicos não precisam formar um sintagma prosódico sozinhos, podendo fazer parte do sintagma fonológico do verbo, integrando-se à cadeia rítmica do enunciado. Crucialmente para nós, há uma diferença entre a ordem [V Adv COMPL] e os casos em (29) e (30)-(31): nestes últimos, os advérbios recebem o acento *nuclear* da frase, o que mostra que não há nada que os desfavoreça como portadores deste acento.

Outros casos mostram que mesmo a adjacência ao verbo é desnecessária para que os advérbios monossilábicos sejam apropriadamente integrados à prosódia da frase em posição de acento nuclear. Aparentemente, a adjacência só é necessária quando eles precisam ser integrados ao sintagma fonológico do verbo. Os casos relevantes são aqueles em que o advérbio não é interpretado apenas como modificador do verbo, mas é também, na função de predicativo, relacionado semanticamente ao complemento, como em (32) e (33):

- (32) a. Quando soube do acidente, João correu pra casa. Mas nada tinha acontecido:
chegando lá, (êncontróu) (tòdo mûndo bém).
b. ?? ..., (êncontròu bém) (tòdo múndo).
- (33) a. João viveu como um playboy, gastou todo dinheiro que tinha guardado,
e, quando faleceu, (dêixóu) (à família má!)
b. ..., (deixòu má!) (à família).

Pondo de lado uma discussão mais detalhada destes exemplos (e do modo como devem ser incorporados à regra de formação de sintagmas fonológicos), o ponto fundamental é: a relação predicativa que *bem* e *mal* têm com o complemento parece autorizar que constituam um sintagma prosódico com o complemento sem necessariamente incorporar o verbo. Crucialmente, nestes casos os advérbios monossilábicos podem ocorrer naturalmente na posição final, com o acento nuclear da frase.

Em suma, há evidência clara de que não há uma restrição geral seja contra a atribuição de acento nuclear aos advérbios monossilábicos, seja contra sua ocorrência em posição final de enunciado; as restrições observadas por João Costa parecem ter a ver com o modo como estes advérbios podem se agrupar, prosodicamente, com outros elementos da frase. Uma outra predição feita por nossa abordagem é que o contraste entre NPs e PPs complementos com relação a possibilidade de advérbios monossilábicos ocorrerem em posição final não é a generalização correta; o que deveria, de fato, ocorrer é um contraste entre estruturas mais ou menos ramificadas prosodicamente; deveria haver, por exemplo, diferença de aceitabilidade entre NPs pouco ramificados, como os apresentados por João Costa, e NPs mais ramificados. Observe o contraste entre (34) e (35):

- (34) A: Eu soube que o João fala francês apenas pra quebrar o galho.
E os demais rapazes da turma?
B: (Que eu saiba,) o irmão dele fala francês bem.

- (35) A: Eu soube que o João fala francês apenas pra quebrar o galho.
E os demais rapazes da turma?
B: ? (Que eu saiba,) o irmão dele fala várias línguas bem.

Para nós é difícil detectar diferença significativa entre os dois casos, embora possivelmente haja um pequeno contraste na direção indicada. De qualquer modo, além do contraste entre NPs “curtos” e NPs “longos”, esperar-se-ia também a contraparte deste contraste com PPs, como em (36) versus (37):

- (36) A: Puxa, mas não era a Maria quem tinha a grana? Como o João ficou depois da separação?
B: Ah, ele conseguiu sair dessa bem: ficou com o apartamento em que eles moravam.
- (37) A: Puxa, o João sempre se dá mal na hora de se separar...
B: ? Nem tanto... Ele conseguiu sair da última separação bem: ...

De novo, para nós, o contraste é difícil de detectar; além disso, em (36) e (37) a ordem preferencial é [V Adv Compl]. A dificuldade de identificar contrastes sutis como os entre (34) e (35), e entre (36) e (37), não nos impede de apontar que aqui há uma diferença entre as duas análises que é verificável empiricamente: pela análise que sugerimos, deve-se esperar, num estudo de *corpus*, por exemplo, uma correlação entre a extensão fonológica/prosódica do complemento, e a possibilidade do advérbio monossilábico ocorrer em posição final: quanto mais extenso o complemento interveniente entre o verbo e o advérbio, menor a probabilidade de ocorrência do advérbio em posição final. Evidentemente, esta predição não pode ser feita na teoria adotada por João Costa.

Para encerrar a discussão sobre as diferenças empíricas entre as duas análises, apontamos uma última: como a restrição que assumimos (i.é, (26)) não é específica aos advérbios monossilábicos, mas está relacionada com uma propriedade geral de palavras monossilábicas – a de que não possuem conteúdo fonológico suficiente para formar um sintagma fonológico –, espera-se que a mesma restrição seja encontrada em outros casos. Por exemplo, ela deveria também se aplicar a *complementos* monossilábicos. De fato, esse parece ser o caso em (38):

- (38) A: Quantos livros o João comprou na semana passada?
B: a) (Que eu saiba,) ele só comprou um na semana passada.
b) ??(Que eu saiba,) ele só comprou na semana passada um.
- (39) A: Eu sei que o João gostou da visita que fez a São Paulo... Mas onde ele pretende morar no ano que vem?
B: a) (Que eu saiba,) ele pretende morar lá no ano que vem.
b) ??(Que eu saiba,) ele pretende morar no ano que vem lá.

As considerações de caráter prosódico que tecemos aqui podem ser, ainda, estendidas a casos de sujeitos pós-verbais leves que tendem a ficar adjacentes ao verbo, como vemos em (40) (como os resultados de Flaviane Fernandes, neste volume, também indicam):

- (40) a. Já morreu gente na montanha russa.
b. * Já morreu na montanha russa gente.
c. ? Já morreu na montanha russa muita gente.

Para resumir: ainda que alguns dos contrastes preditos pela análise aqui esboçada não sejam nítidos, parece claro que há evidência satisfatória indicando que: (a) não há restrição que penalize a atribuição de acento nuclear aos advérbios monossilábicos, (b) nem há restrição que penalize, como regra geral, sua ocorrência em posição final de frase; antes, parece mais provável que (c) estes advérbios têm problemas na posição final quando, por algum motivo (por exemplo, se o complemento interveniente é “ramificado demais”), não podem ser apropriadamente integrados a um sintagma fonológico maior que o formado apenas por eles.

6. Conclusão

Neste trabalho, procuramos mostrar que as restrições que encontramos na distribuição dos advérbios monossilábicos em PB recebem uma análise natural se o que está em jogo é a formação de sintagmas fonológicos. A evidência que apresentamos indica que não há restrição específica seja contra sua ocorrência em posição final de frase, seja contra a possibilidade de que carreguem o acento nuclear da frase. Esta última conclusão, em particular, é crucial aqui, já que nosso objetivo era justamente avaliar a evidência disponível para a sintaxe do lado direito: o fato de que os advérbios monossilábicos podem portar o acento nuclear da frase enfraquece substancialmente – ao menos para o PB – a motivação oferecida por João Costa (1998) para postular a adjunção à esquerda do VP como uma posição fixa para eles. Lembramos que a relevância disso reside na possibilidade de utilizar os advérbios monossilábicos como diagnóstico para a identificação da posição de outros elementos na frase, no caso de terem de fato uma posição fixa.

Se é verdade que os advérbios monossilábicos podem portar o acento nuclear da frase, então a necessidade de sua adjunção à esquerda do VP não pode ser motivada com base em uma estratégia para evitar justamente que carreguem o acento nuclear. Do ponto de vista da análise aqui defendida, a hipótese deveria ser reformulada nos seguintes termos: advérbios monossilábicos favorecem a posição de adjunção à esquerda do VP porque nela podem fazer parte do sintagma fonológico que melhor os integra à prosódia da frase. Entretanto, como procuramos mostrar, não é óbvio que a formação de sintagmas fonológicos precise da adjunção à esquerda do VP. Na versão de N&V (1986), por exemplo, isso não é necessário, nem o seria em outras análises mais recentes da correspondência entre constituintes sintáticos e prosódicos (ver, por exemplo, Samek-Lodovici 2005, para observações no mesmo sentido). Ou seja: para sustentar que a adjunção dos advérbios monossilábicos à esquerda do VP é motivada por suas “propriedades prosódicas”, seria preciso desenvolver uma teoria da formação dos sintagmas prosódicos em que aquela posição fosse crucial para integrá-los ao sintagma prosódico do verbo. Até o presente, entretanto, esta teoria ainda não foi formulada.

Além disso, é importante lembrar que a idéia de que os advérbios monossilábicos seriam necessariamente adjuntos à esquerda de VP é parte importante da argumentação de João Costa a favor da hipótese de que a ordem [V Compl Adv] é derivada por *scrambling* do complemento. Recapitemos o raciocínio: (a) na ordem [V Compl Adv], os advérbios monossilábicos recebem o acento nuclear e são focalizados em português (embora esta seja uma estrutura prosodicamente marcada); (b) para receberem o acento nuclear segundo a teoria de Cinque (1993), precisam estar na posição mais encaixada da frase; (c) isso se segue naturalmente se os advérbios monossilábicos estão necessariamente adjuntos à esquerda do VP: neste caso, há *scrambling* do complemento, e os advérbios monossilábicos se tornam os constituintes mais encaixados da frase.

O ponto fundamental é que uma análise com *scrambling* e a adjunção à esquerda dos advérbios monossilábicos é compatível com a teoria de Cinque para a atribuição do acento nuclear; por contraste, uma análise com a adjunção à direita, como em (5), não é. Ou seja, pode-se ver a distribuição dos advérbios monossilábicos como um argumento para a

derivação sintática proposta em (6) se for necessário admitirmos a teoria de Cinque para o acento nuclear. Mas ela é necessária, ou geralmente assumida, em estudos de prosódia? Como indicamos antes, a idéia corrente em fonologia é a de que o acento nuclear é atribuído em função da estrutura prosódica/grade métrica da frase, que é construída com relativa autonomia em relação à estrutura sintagmática. Em Selkirk (1984, 1995), N&V (1986), Truckenbrodt (1999), entre outros, ela certamente não é um reflexo direto da estrutura sintagmática, como na teoria de Cinque.

Na verdade, há aqui um argumento *contra* a teoria de Cinque para a atribuição do acento nuclear: (a) como procuramos mostrar, uma teoria fonológica da estrutura prosódica que caracteriza os agrupamentos a partir dos quais o ritmo acentual da frase é identificado pode também caracterizar a localização do acento nuclear; (b) entretanto, uma teoria como a de Cinque, desenhada especificamente para ligar o acento nuclear à estrutura sintática, não pode dispensar uma teoria independente da construção da estrutura prosódica da frase.

De fato, como na teoria de Cinque a atribuição de acentos reflete, simplesmente, o nível de encaixamento dos constituintes, o resultado é que nem sempre a análise é capaz de identificar os constituintes que caracterizam a curva rítmica da frase.¹¹ Para ver isso, considere qual seria a grade métrica construída pela teoria de Cinque para uma frase como “Paulo fala bem francês”, de acordo com a análise sintática proposta por João Costa (ver (4) acima, e Cinque 1993, p.244-246 para detalhes):

$$(41) \quad \begin{array}{cccccccccccc} & & \cdot & & (& \cdot & & (& \cdot & & * & &) &) &) \\ & & \cdot & & (& \cdot & & (& \cdot & & * & &) &) &) \\ & & \cdot & & \cdot & & (& & \cdot & & * & &) &) &) \\ & & * & & * & & * & & * & & * & & * & & * \end{array}$$

[_{IP} [_{NP} Paulo] [_{I'} fala_i [_{VP} [_{AdvP} bem] [_{VP} t_i francês]]]]

É claro que esta grade métrica nem representa os agrupamentos prosódicos mais naturais (por exemplo, *bem* aparece agrupado com *francês*, e não com *fala*), nem a localização correspondente dos acentos secundários; como já discutimos antes, a representação prosódica da frase deveria ser capaz de caracterizar os seguintes agrupamentos, com acento nuclear em *francês* (abaixo sinalizado por negrito):

$$(42) \quad (\text{Páulo}) (\text{fàla bém}) (\text{fràncés})$$

Talvez seja bom lembrar que a justificativa para a formação dos sintagmas prosódicos em (42) vem não apenas da localização de acentos, mas de várias outras regras fonológicas encontradas em diferentes línguas (como o *Raddoppiamento Sintattico* em italiano; ver, mais uma vez, N&V 1986). Parece claro, portanto, que a teoria de Cinque precisará de instrumentos adicionais, especialmente para caracterizar os sintagmas fonológicos da frase. Ou seja, ela não pode dispensar algum algoritmo adicional de formação destes sintagmas. Mas, se este algoritmo pode, simultaneamente, localizar o acento nuclear da frase, é claro que a teoria de Cinque perde muito do seu apelo.

Para este trabalho, o ponto fundamental é: é provável que a teoria de Cinque para o acento nuclear precise ser subsumida por uma teoria mais abrangente da estrutura prosódica da frase, mais autônoma em relação à sintaxe. Se isso é verdade, também o argumento de que a análise sintática correta da ordem [V Compl Adv] em português deve ser compatível com esta teoria perde apelo; em particular, fica claro que a análise baseada na operação de *scrambling* do

¹¹ É justo dizer que o problema não é específico da teoria de Cinque, mas de análises que tomam os constituintes sintáticos como o domínio para a aplicação (cíclica) da regra do acento nuclear, como em Halle & Vergnaud (1987, p.264 e ss.). Aliás, o problema foi logo reconhecido por Chomsky & Halle (1968, p. 9-10, 371-2), que anteviram a necessidade de “regras de reajuste” responsáveis pela formação de sintagmas fonológicos.

complemento precisa de justificativa independente e não pode se apoiar na correção da teoria de Cinque para o acento nuclear. Isso não significa que a ordem [V Compl Adv] em PB não envolva simultaneamente *scrambling* do complemento e adjunção do advérbio à esquerda do VP, como João Costa propôs para o PE. Significa, simplesmente, que nem o comportamento dos advérbios monossilábicos, nem a atribuição de acento nuclear baseada na teoria de Cinque (1993), fornecem evidência satisfatória para esta análise em PB.

De um ponto de vista mais positivo, gostaríamos de fechar este trabalho apontando para o fato de que, se a linha de análise que sugerimos para a distribuição dos advérbios monossilábicos em PB estiver correta, ela fornece uma evidência muito forte para a maior autonomia da fonologia em relação à sintaxe no que diz respeito à organização prosódica da frase. Precisamente como esta relação entre os dois componentes deve ser expressa, entretanto, é uma contribuição que escapa a nossos objetivos aqui.

Referências

BELLETTI, A. Aspects of the Low IP Area. In: RIZZI, L. (Org.) *The Structure of IP and CP*. Oxford: Oxford University Press, 2004. p. 16-50.

CHOMSKY, N.; HALLE, M. *The Sound Pattern of English*. Cambridge: MIT Press, 1968.

CINQUE, G. A Null Theory of Phrase and Compound Stress. *Linguistic Inquiry*, Cambridge, v. 24, p. 239-297, 1993.

COSTA, J. *Word Order Variation: A Constraint Based Approach*. Haia: Holland Academic Graphics, 1998.

COSTA, J. Review of “Focus and the Syntax-Phonology Interface”, by Kriszta Sendrői. *Glott International*, Cambridge, v. 7, n. 9/10, p. 263-268, 2005.

GHINI, M. ϕ -Formation in Italian: A New Proposal. *Toronto Working Papers in Linguistics*, Toronto, v. 12, n. 2, p. 41-78, 1993.

HALLE, M.; VERGNAUD, J.-R. *An Essay on Stress*. Cambridge: MIT Press, 1987.

JOHNSON, K. Object Positions. *Natural Language and Linguistic Theory*, Dordrecht, v. 9, p. 577-636, 1991.

KENSTOWICZ, M. *Phonology in Generative Grammar*. Cambridge: Blackwell, 1993.

NEELEMAN, A; REINHART, T. Scrambling and the PF Interface. In: BUTT, M.; GEUDER, W. (Org.) *Projection of Arguments: Lexical and Compositional Factors*. Stanford: CSLI Publications, 1998. p. 309-353.

NESPOR, M; VOGEL, I. *Prosodic Phonology*. Dordrecht: Foris, 1986.

REINHART, T. Focus – The PF Interface. A aparecer em: _____. *Interface Strategies: Reference Set Computation*. Cambridge: MIT Press. Ms., 2003.

SAMEK-LODOVICI, V. Prosody Syntax Interaction in the Expression of Focus. *Natural Language and Linguistic Theory*, Dordrecht, v. 23, p. 687-755, 2005.

SANDALO, F.; TRUCKENBRODT, H. Some Notes on Phonological Phrasing in Brazilian Portuguese. *MIT Working Papers in Linguistics*, Cambridge, v. 42, p. 285-310, 2002.

SELKIRK, E. *Phonology and Syntax: the Relation between Sound and Structure*. Cambridge: MIT Press, 1984.

SELKIRK, E. Sentence Prosody: Intonation, Stress and Phrasing. In: GOLDSMITH, J. (Org.) *The Handbook of Phonological Theory*. Cambridge: Blackwell, 1995. p. 550-569.

TRUCKENBRODT, H. On the Relation between Syntactic Phrases and Phonological Phrases. *Linguistic Inquiry*, Cambridge, v. 30, p. 219-255, 1999.

TRUCKENBRODT, H. The Syntax-Phonology Interface. A aparecer em: DE LACY, P. (Org.) *The Cambridge Handbook of Phonology*. Cambridge: Cambridge University Press. Ms., 2005.

ZUBIZARRETA, M. L. *Prosody, Focus and Word Order*. Cambridge: MIT Press, 1998.